



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS

Processo Licitatório: 5724/2021

Referente à:

PREGÃO Nº 096/2021

DATA DA ABERTURA: 11 de novembro de 2021

HORÁRIO: 14:00

OBJETO: PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASES (OXIGÊNIO LIQUIDO CAMINHÃO TANQUE, AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO GASOSO, OXIDO NITROSO E OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO PORTÁTIL DE 1 M³), PARA SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NOS MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO do tipo menor preço Global, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 29/09/2021 e no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 30/09/2021, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **AAE-METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via e-mail em 5 de novembro de 2021 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 8580/2021.

DO PEDIDO

Alega a empresa:

1. **QUANTO AO OBJETO** - Consta no item 1.1 do Edital, a descrição do objeto a ser contratado pela Administração a saber: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASES (OXIGÊNIO LIQUIDO CAMINHÃO TANQUE, AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO GASOSO, OXIDO NITROSO E OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDRO PORTÁTIL DE 1 M³), PARA SER UTILIZADO NO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA TEREZINHA EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Imperioso esclarecer inicialmente que o que pretende a Administração, é a aquisição de gases medicinais, e, que o fim precípua da Licitação, é o oxigênio Medicinal e Ar Comprimido para uso em pacientes, no seu estado final gasoso (...).
2. **QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DE AFE, CBPF e REGISTRO DE PRODUTO** - Todos grandes centros de saúde mundiais como OMS, FDA, ANVISA entre outros aceitam e

atestam que o oxigênio 93% produzido por usinas tem o mesmo desempenho terapêutico que o oxigênio líquido 99%. Essas usinas, desenvolvidas pela Força Aérea Americana nos anos 1950 para uso em caças de combate, são utilizadas no mundo inteiro sem restrição desde os anos 1960, **exceto no Brasil e alguns países do terceiro mundo.** Paradoxalmente essa restrição de uso é exclusiva em alguns setores governamentais, onde alguns órgãos, sabe-se lá por qual motivo, insiste em tolher a concorrência plena na aquisição de oxigênio medicinal e Ar Comprimido para os Hospitais Públicos que administram, entregando sem concorrência esse setor às multinacionais do ramo (...).

Informa ainda sobre a AFE, CBPF, REGISTRO ANVISA, RDC 69 que dispõe sobre boas práticas, a RDC 70 que trata da notificação dos gases medicinais.

Informa também que as Usinas Concentradoras de Oxigênio e Centrais de Ar Comprimido são aceitas em todo o mundo sem restrições e a ANVISA não regula este fornecimento com emissão de AFE, bem como de quaisquer outros certificados ou licenças, em razão do baixíssimo risco que oferecem e por tratar-se de equipamentos de apoio à Infraestrutura.

E continua a explicação sobre o assunto, informando da previsão na Lei nº 6.360/76 e Decreto nº 79.094/77, que a legislação sanitária separa os produtos, além de informar a ***RELAÇÃO DE PRODUTOS NÃO CONSIDERADOS PRODUTOS PARA SAÚDE***. Informa que a Lei Federal nº 6.437/77 não se aplica ao caso em tela, porque a legislação aplicável para fornecimento de gases no local, conforme RDC 70 da ANVISA é a contida nas: RDC 50 ANVISA, NBR 13.587 e NBR 12.188 ABNT (...).

3 - QUANTO À EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA

(CRF) – Alega que o pedido de *Certidão ou Registro no Conselho de Farmácia do Responsável Técnico Farmacêutico da empresa inscrito no Conselho de sua jurisdição não é necessário e que seja suprimido do edital, sendo que as instalações desses sistemas devem gerar a ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)* emitida pelo CREA, tendo por responsável da obra, um Engenheiro Mecânico com Registro no CREA, bem como a empresa contratada.

4 - OXIGÊNIO LÍQUIDO EM TANQUE CRIOGÊNICO e O₂ E AR COMPRIMIDO EM

CILINDROS - O Edital aponta em seu Termo de Referência, a aquisição de Oxigênio (líquido), acondicionados em instalação de Tanque Criogênico, bem como os referidos gases e o Ar Comprimido em cilindros, evidenciando assim a aquisição dos bens, tanto para a produção de Oxigênio medicinal, quanto para **Ar Comprimido Medicinal**. Acreditamos que esta nobre comissão já possua conhecimento das diferentes formas de fornecimento de gases medicinais. A mais econômica dentre todas é a produção do gás no local de consumo. Nos tópicos abaixo, explicaremos o fornecimento mais ECONÔMICO E EFICIENTE para esta Administração:

- GASES PRODUZIDOS NO LOCAL DE CONSUMO NÃO SOFREM COM DESABASTECIMENTO POR FATOS SUPERVENIENTES E IMPREVISÍVEIS COMO ***ENCHENTES E GREVES DE CAMINHONEIROS!***
- GASES PRODUZIDOS NO LOCAL DE CONSUMO NÃO TÊM PERDAS EVAPORATIVAS (± 30%) QUE O OXIGÊNIO LÍQUIDO E OUTROS GASES LIQUEFEITOS TÊM!

A empresa continua narrando sobre o assunto, frisando que grandes empresas fornecedoras de gases medicinais, em sua forma líquida, vêm adquirindo o uso de usinas de oxigênio, como exemplo a Multinacional White Martins que tem realizado instalações do referido equipamento, em substituição aos tanques. Que o sistema PSA/PSA fornecido através de Mini Usinas de Oxigênio pela impugnante oferece a opção da inclusão de um enchedor de cilindros, com total segurança,

atendendo aos critérios estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais. Que o Brasil vem acompanhado esta evolução da indústria de gases medicinais e muitos de seus órgãos públicos já adotam o sistema PSA/VPSA, por comprovarem a eficácia e economia deste sistema (...)

A empresa informa alguns dados: Temos cerca de 300 geradores de gases hospitalares de diversas capacidades locados em todas as regiões do País e dispomos ainda de “Postos Avançados de Manutenção” além do “SeparAr Cloud”, nosso sistema de monitoramento e reparo de Usinas via web. Garantimos, em total conformidade com a ANVISA e ABNT, uma economia de até 65% nos seus custos em gases medicinais.

Assim, de acordo com a empresa, para que o certame atinja seu objetivo em obter proposta mais vantajosa: **MENOR PREÇO**, o edital deve ser alterado para que amplie as possibilidades de abastecimento, não restringindo a competitividade do certame ao preterir os demais sistemas centralizados para o suprimento do oxigênio. Para que não reste nenhuma dúvida à nobre comissão técnica quanto ao sistema de fornecimento do oxigênio por PSA, esclarecemos ainda que o processo de produção do oxigênio através do sistema **PSA/VSA é totalmente** físico sem adição de substância química, diferente da criogenia onde as reações químicas podem gerar subprodutos arriscando a saúde dos usuários.

5 - DA NECESSIDADE DA SEPARAÇÃO DO GRUPO ÚNICO POR ITENS - O presente certame que tem por objeto o **MENOR PREÇO GLOBAL**, aglutinando, diversos produtos e serviços, obrigando a licitante apresentar proposta para todos os itens. Não busca a eficiência e economicidade, quando restringe a competitividade para aquisição pretendida. Por ora, desejamos que este pregão amplie o número de licitantes e consequentemente de propostas, e para isso é que se faz necessário a separação dos itens, para que cada empresa especializada em cada área possa concorrer em sua respectiva especialização. A inserção, em mesmo lote, de itens usualmente produzidos por empresas de ramos distintos restringe o caráter competitivo da licitação.

6 - DO PRAZO INEXEQUÍVEL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/ENTREGA DO OBJETO

- Destacamos em nossa impugnação, cláusula que apresenta violação à legislação vigente e princípios norteadores dos processos licitatórios; antecipamos a necessidade da ampliação do prazo de entrega do objeto, sob pena de nulidade de todo o certame.

É o relato resumidamente.

DO MÉRITO

Isto posto, é a presente **Solicitação de Impugnação com modificação do Edital** para requerer:

1. Que as exigências de AFE, CBPF, registro de produto e CRF, sejam suprimidas do edital ou venham acompanhadas do termo *quando aplicável/cabível*; por não ser exigível para todas as formas de fornecimento previsto pela ANVISA, especificamente para usinas concentradoras de oxigênio e centrais de ar comprimido;
2. Que seja posto em conformidade com a RDC 50, permitindo qualquer dos tipos de fornecimento do oxigênio medicinal e centrais de ar comprimido, conforme elencados na RDC 50/2002 da ANVISA;
3. Que o critério de julgamento seja por item, permitindo nessa modalidade a divisão dos objetos licitados, aumentando a participação das empresas fornecedoras dos produtos requeridos como as usinas de oxigênio e as centrais de ar comprimido;
4. Que seja concedido prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a entrega/instalação dos objetos deste certame.

Informando, que com isso, a Administração possibilitará uma competição em igualdade de condições entre todas as empresas que porventura venham almejar participar desse Pregão dentro do princípio da isonomia e na forma da Legislação aplicável. Requerendo, ainda, que o Pedido de Impugnação percorra as instâncias legais com as devidas fundamentações, para que se proceda a modificação do Edital por medida de legalidade.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a equipe técnica do Hospital Municipal Santa Therezinha para análise e pronunciamento.

A impugnação foi respondida pela Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha. Segue a resposta: “Conforme Termo de Referência, esta Diretora Administrativa mantém os pontos nele apresentado, bem como informa que a Instituição não dispõe de espaço físico para adequar os apontamentos feitos para atender a solicitação feita pela empresa no quesito à implantação da usina concentradora de oxigênio e Central de Ar Comprimido”.

Cabe ressaltar que o processo foi enviado a Secretária Municipal de Saúde e Exmo. Sr. Prefeito para pronunciamento a respeito do assunto, não havendo manifestação por parte dos mesmos, somente ciência da decisão da Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha.

Cabe ressaltar, ainda, que o parecer da PGM é o seguinte; “O requerente pretende, através da impugnação apresentada, alterar o objeto do edital do certame, ajustando o mesmo de acordo com sua conveniência, o que não encontra espaço na legislação vigente, pois, nos termos do que dispõe o artigo 40, I, da Lei nº 8.666/93, deve constar o objeto pretendido na licitação no Edital de Licitação. Em análise ao documento acostado às fls. 14/30 (Edital de Licitação), observa-se que há expressa descrição do objeto a ser licitado, ou seja, materializa a intenção da Administração Pública na aquisição dos serviços e/ou produtos e/ou obras. Por outro lado, a impugnação deve ocorrer e se limitar á eventuais irregularidade na aplicação das normas e condições do edital, que vincula estritamente a Administração Pública aos termos ali contidos, ex vi artigo 41, §1º, da Lei nº 8.666/93. Assim sendo, não há fundamentos legais que amparem o requerimento apresentado, razão pela qual opino pelo indeferimento. Á Sec. Adm. Para conhecimento e prosseguimento”.

Após uma leitura criteriosa dos questionamentos levantados pela empresa essa Pregoeira agradece a esta empresa por fazer-nos conhecer de forma mais ampla às opções de fornecimento do insumo oxigênio medicinal definido em certame. Qualquer assunto que por ela não é dominado é sempre muito bem-vindo. “O sistema PSA/VPSA fornecido através de Mini Usinas de Oxigênio pela impugnante oferece a opção da inclusão de um enchedor de cilindros, com total segurança, atendendo aos critérios estabelecidos pelas normas nacionais e internacionais”. A proposta por meio de implantação de usinas PSA/ VPSA pode apresentar uma excelente opção ao Poder Público, uma vez que a produção local poderia ensejar a diminuição de despesas principalmente com o componente transporte. Entretanto, não cabe a essa Pregoeira decidir sobre isso, de forma alguma.

Considerando que essa Pregoeira entende que os princípio basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 3º da Lei 8.666/93, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, tendo como base o entendimento da equipe técnica através da Diretora Geral do Hospital Municipal Santa Therezinha e parecer da Procuradoria Geral do Município, indefiro o pedido feito pela empresa **AAE-METALPARTES PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, razão pela que o edital deverá ser mantido em sua integralidade e o Pregão nº 096/2021 será remarcado em data oportuna e publicado nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, no jornal de grande circulação, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito para deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, em 26 de novembro de 2021

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira